

Escaireira, Maria de Lurdes Nogueira. *Ensino da Tradução em Macau: dos currícula propostos à realidade de mercado*. Macau: Delta edições, 2013, 401 p.

Letícia M.V.S. Goellner
Universidade Federal de Santa Catarina/Capes

Patrícia Rodrigues Costa
Universidade Federal de Santa Catarina/Capes

Yéo N'gana
Universidade Federal de Santa Catarina/Capes

Maria de Lurdes Nogueira Escaireira, professora do Instituto Politécnico de Macau desde 1994, trata de questões relacionadas à formação tradutores-intérpretes do par de línguas português-chinês na obra *Ensino da Tradução em Macau: dos currícula propostos à realidade de mercado*. Aborda, nesta obra, as exigências do mercado local, além de analisar as competências adquiridas durante a formação desses profissionais, do ponto de vista dos próprios tradutores, com reflexões sobre o ensino-aprendizagem das línguas de trabalho e de sua formação como tradutor. A obra é dividida em três partes (Tradução e Currículo; Ensino e prática da Tradução; Propostas de desenvolvimento curricular), com destaque em seu prefácio, assinado por Rosa Bizarro – doutora em Didática de Línguas Vivas Estrangeiras, Porto, Portugal – para o fato de que o estudo sobre a realidade da formação de tradutores em Macau é de interesse para outros contextos, já que o conhecimento exposto



pode ser relevante para lugares onde “a profissão de tradutor seja reconhecida com idêntico valor” (p. 16). A autora nos alerta para a questão interlinguística vivida em Macau há mais de quatro séculos e a real necessidade de comunicação e, consequentemente, de tradução entre na região, com predominância do chinês (dialeto cantonês ou mandarim) e português, que será língua oficial até ao menos o ano de 2049.

Na introdução, é traçado, em breves linhas, o percurso da história da tradução com Cícero e Horácio (século I), passando por São Jerônimo (século IV) e finalizando com a concepção do estudo da tradução como disciplina acadêmica (século XX), tendo citados teóricos importantes como Vinay & Darbelnet, Catford, Holmes, Snell-Hornby... Em seguida, a autora busca definir o conceito de tradução, ao esboçar um panorama da teoria da tradução e da tarefa do tradutor, além de levantar questões pertinentes ao processo de formação dos tradutores e intérpretes. Em relação à definição de tradução, Escaleira nos apresenta uma diversidade de posicionamentos, mas sem ser possível defini-lo. Ao citar teóricos que tratam do assunto, tais como Bassnet, Catford, Nida, Arrojo, Vermeer, Toury, etc., a autora apresenta desde reflexões mais complexas e amplas a outras mais restritas acerca do conceito de “tradução”, tratando-o como transcodificação, transposição, transferência, equivalência, negociação...

No capítulo “Tradução: desenvolvimento histórico a ocidente e a oriente”, Escaleira divide sua análise em relação ao papel da tradução no Ocidente, Oriente e em Macau, especificamente, ao discutir a teoria de tradução. Sobre o Ocidente, discorre de maneira bastante fugaz acerca da história da tradução, tomando como exemplo os textos sagrados dos judeus, *Targumin*, datados de 300 a.C até chegar às considerações sobre o tema de Castilho Pais, em 2007. Nesse intervalo de séculos, cita brevemente períodos significativos da tradição – por exemplo, o Augustan e as *Belas Infâéis* –, e aborda questões relevantes como a tradução automática *versus*

tradutor, a (in)traduzibilidade, a questão da tradução como ciência e disciplina em nível universitário e a consolidação da área da tradução, com crescente expansão em quantidade e qualidade dos profissionais envolvidos.

Ao abordar a tradução na China, Escaleira destaca que, nesta sociedade com mais de cinco milênios de história, a tradução tem um papel crucial, sendo os primeiros registros de atividade tradutória datados do século XI a.C, e nos explica que a cada período um tipo de texto é predominante (religiosos, especificamente sobre o budismo, sobre tecnologias e ciências ocidentais, ciências sociais etc). Em um primeiro período, que compreenderia os anos de 222-589 até 618-907 (Dinastia Tang) e 960-1279 (Dinastia Song)¹, ressalta os textos sagrados, em que a tradução dos sutras (do sânscrito para o chinês) era feita por monges indianos, que não conheciam a língua e nem a cultura chinesa e posteriormente a tradução foi tomando outro rumo e sendo realizada monges chineses. No período seguinte, século XV, com a chegada dos missionários cristãos, textos ocidentais foram sendo introduzidos por meio da tradução, inicialmente textos das áreas de ciência e tecnologia e, posteriormente, obras filosóficas, literatura etc. Já no terceiro período, no início do século XIX, há um aumento da necessidade da tradução com as “tentativas de incursões comerciais europeias, de potências europeias” (p. 56) e Lin Zexu cria um grupo de tradutores oficiais do inglês, que tinha por missão traduzir textos sobre a história e a geografia dos mais diversos países.

Somos apresentados a uma série de tradutores, estudiosos e grupos chineses a partir do século XX, com teorias que variam da apologia à “fidelidade” ao texto de partida, com opiniões bastante divergentes, ao elevado conceito de *transmigração*, em que a alma e espírito do texto se mantêm no texto de chegada após o processo

¹ Período dividido em três, de acordo com informações dadas pela autora e referências por ela citadas (Kefei e Fan, p.53)

de mudança de língua e cultura. O trecho sobre a teoria da tradução na China é finalizado com a ponderação de que, embora o país faça uso abundante da tradução, é difícil precisar uma teoria sistemática, mas que com o incremento do mercado de trabalho e com a economia em ascensão, o dinamismo na área dos Estudos da Tradução também tende a aumentar e evoluir.

Em relação aos Estudos da Tradução em Macau, Escaleira relata a dificuldade em determinar ou traçar um percurso de sua existência. Sugere que, com raríssimas exceções, somente a partir da década de 1990 surgem trabalhos acadêmicos na área, possivelmente pelo fato de que em 1991 ocorre a criação do ensino superior em Macau e neste mesmo ano o chinês passa a ser língua oficial juntamente com o português. É interessante destacar a influência que Macau recebe de teóricos da China e de teóricos ocidentais via Portugal e, independente do estudo consolidado, fato é que o Governo de Macau tem interesse na formação de profissionais, motivo pelo qual se tornou responsável por programas que incentivam e promovem o bilinguismo, já que a tradução faz parte do dia a dia do lugar.

Na sequência, são destacadas algumas apreciações sobre o papel do tradutor, sendo citados teóricos como Venuti, Snell-Hornby, Bassnet, Admiral, Ricœur... Com base nessas apreciações, a autora define o tradutor como “indivíduo que se encarregou de realizar um acto de equilíbrio linguístico, estilístico e espiritual [...] aventura-se no terreno imponderável das equivalências, dos confrontos, das analogias” (p. 69) e afirma que, em Macau, o tradutor tem carreira e estatuto próprio definidos por lei e que o mesmo profissional exerce as funções de tradutor e intérprete, sem distinção. No trecho sobre a formação do tradutor, questiona o atual conceito de tradutor e ressalta a necessidade de um termo mais adequado para este profissional, que envolva outros termos como “negociação, multicultural, comunicação e multimídia” (p.74). Reforça ainda que essa situação, uma vez delineada, poderá refletir no desenho curricular (propostas e políticas) da formação de tradutores. Es-

caleira explora conceitos de formação e de competência (gerais e tradutórias), bem como oferece uma sucinta retrospectiva histórica sobre a formação dos tradutores-intérpretes em Macau.

São descritas duas visões na formação das modalidades intérpretes e tradutores: o ensino em conjunto ou em separado dessas atividades. Para isso, a autora se vale de exemplos de estudiosos com visões a favor e contra a unificação dessas formações acadêmicas ou de instituições que praticam as duas modalidades de maneira desmembrada, paralelamente, em sequência ou desassociada. Aponta características comuns a ambas as formações, como a necessidade de domínio das línguas, da cultura global e específica e além de levar em conta as singularidades de cada profissão com relação à forma de operacionalização e dos produtos – oral e escrito, respectivamente. Escaleira afirma que em Macau as duas modalidades são realizadas conjuntamente durante o processo de formação, para que o mesmo profissional possa exercer ambas as funções indiscriminadamente.

Para finalizar o capítulo, Escaleira questiona sutilmente a necessidade de formação acadêmica para que sejamos “bons” tradutores. Mais uma vez, elenca teóricos e estudiosos e expõe argumentos favoráveis e contrários à defesa de um estudo formal. Escaleira defende uma formação acadêmica com vistas à formação de tradutores sem, no entanto, defende-la como garantia ou salvação. Assume que um tradutor é formado pela teoria e pela prática e que para conseguir ser bom, esse profissional levará muito tempo e deverá ter uma visão de mundo bastante ampla, viajar por línguas e culturas em um caminho longo e exigente.

Após apresentar um pouco da História da Tradução no Ocidente e no Oriente, com destaque para Macau, e debater a importância da formação do tradutor, Escaleira faz do segundo capítulo desta obra, “Discursos Curriculares da Tradução”, um lugar de discussão frente às teorias curriculares, à definição do termo currículo

e aos diversos currícula destinados à formação de tradutores em Macau. Discussão esta realizada de modo pontual em relação ao currículo, que deve ser entendido como o “ponto de partida de qualquer projecto de formação, [...] [e] reflecte conflitos e consensos que são construídos a partir da (re)definição das políticas e práticas curriculares” (p. 88). A partir desta afirmação, a autora traça um breve histórico do termo *currículo*, com destaque ao fato de que mesmo sendo usado desde o século XVI, somente na década de 1920 aparecem as primeiras teorizações nos Estados Unidos.

Ainda nesse capítulo, Escalreira destaca o fato do método de gestão proposto por Frederick Taylor, o Taylorismo, ter influenciado diretamente a teoria curricular, bem como o modelo de produção de Henry Ford, com o Fordismo, em que propôs uma linha de montagem. A autora destaca que tais modelos de produção “influencia[ram] a área do currículo ao propor que a escola deve desenvolver competências de flexibilidade, rapidez, resistência psicológica, docilidade e passividade, ou seja, formar operários que irão desempenhar uma determinada tarefa e respeitar a hierarquia” (p. 90). Mais tarde, com Ralph Tyler, em *Basic Principles of Curriculum and Instruction* (1949), passa-se compreender o currículo por meio da teoria de controle de comportamentos cognitivos, isto é, a defesa de um currículo tecnicista fundamentado “no estabelecimento de objetivos comportamentais definidos de acordo com as exigências de uma economia de base industrial” (p. 90). Vale destacar que Tyler influenciou diretamente o teórico Jean Deslile em suas pesquisas sobre ensino de tradução a partir da década de 1980.

Salienta ainda que, a partir dos anos de 1960, os estudos curriculares começaram a tomar um novo rumo com as teorias de Hilda Taba (com base em objetivos) e de Robert Mager (com base em critérios). É nesse período que o modelo behaviorista ganha força e surge a taxonomia dos objetivos/de Bloom e da pedagogia por objetivos, “criando a ideia de que o desenho curricular se faz de forma tecnicista e administrativa” (p. 91). Já a partir da década de 1970,

os estudos curriculares são influenciados pela ideologia marxista. Na década de 1980, passa-se a ter uma teoria histórico-crítica curricular, com destaque para o teórico brasileiro Dermeval Saviani e para o movimento e refutação da engenharia curricular de Tyler e do currículo como técnica, surgido nos Estados Unidos da América e no Canadá. Além disso, é nos anos 2000, que somos introduzidos à ideia da existência de dois tipos de currículo (oculto e oficial) desenvolvido por Michael Apple e ao conceito de que a educação formal se baseia em três sistemas (currículo; pedagogia; avaliação) segundo Basil Bernstein. Escaleira cita José Augusto Pacheco para afirmar que “as teorias de pendor tecnicista estão... cada vez mais presentes no cotidiano educativo, quer pela “pedagogia das competências”, quer pelo reforço da uniformidade curricular” (p. 98). Contudo, enfatiza que as competências são úteis para a organização curricular e que a escola deva desenvolver competências genéricas junto aos alunos, pois a partir destas o futuro profissional poderá desenvolver as demais competências conforme as modificações de sua área de atuação.

Escaleira destaca a compreensão do termo currículo conforme duas tradições, a europeia e a anglo-saxônica. Enquanto a europeia tem uma visão estrita de currículo, sendo um plano de estudos ou programa de disciplina, na anglo-saxônica, o currículo abrange também decisões relacionadas às estruturas políticas e às estruturas escolares. Assim, ao citar José Gimeno Sacristán, a autora ressalta ainda que o currículo pode ser compreendido por meio de uma perspectiva estática, no qual seria um produto pronto a ser usado, ou dinâmica, que considera que este pode estar em constante mudança devido aos diversos agentes e fatores. Com relação à essa segunda perspectiva e mencionando o brasileiro Ubiratan D’Ambrosio, a autora afirma que “o currículo dinâmico é contextualizado, enquanto que o modelo cartesiano responde aos componentes objetivos, conteúdos e métodos e dá resposta a prioridade da sociedade sentidas no momento em que o currículo foi concebido” (p. 104). Para ela, conforme os estudos de Sacristán, se deve consi-

derar ao estudar um currículo: a função social, o projeto educativo, os conteúdos e orientações metodológicas, as práticas educativas e as teorias curriculares.

Ao discutir os currículos para a formação de tradutores, Escaleira cita os estudos do tradutólogo Daniel Gouadec e a Norma Europeia – EN15038, que trata dos requisitos básicos para a prestação de serviço como tradutor, segundo os quais o tradutor deve ter competências profissional, linguística e textual nas línguas de trabalho, de documentação e de pesquisa, cultural e técnica. Assim, para a autora ao final do curso, o tradutor em formação deve “desenvolver capacidades de aprendizagem autónoma através de experiência sociais de cooperação, de forma a assegurar que os tradutores possam continuar a aprender após a conclusão dos cursos de formação” (p. 113). Além disso, o futuro tradutor ao ingressar no curso de formação deveria, segundo a autora, possuir competências prévias, o que deve ser considerado ao se pensar um desenho curricular de um curso de Tradução. Para finalizar este capítulo, Escaleira cita e discute competências que acredita serem essenciais aos tradutores, tais como: conhecimento profundo das línguas de trabalho e de suas culturas; cultura geral e específica; técnicas de tradução; aprendizagem autónoma e curiosidade; tecnologias da informação e da comunicação (TICs); mediação e negociação intercultural; liderança e trabalho em equipe (p. 117-118).

Em “Propostas Curriculares no Ensino de Tradução em Macau”, Escaleira identifica três fases no ensino de Tradução em Macau: ensino de tradução a cargo do serviço público; ensino formal não superior da tradução; ensino superior politécnico da tradução. Durante a primeira fase, não houve a criação de cursos destinados à formação de tradutores, mas existem relatos de cursos de língua que objetivavam formar pessoas com competências linguísticas que pudessem levar a fé cristã, sendo caracterizada por uma tentativa de criação de ensino superior macauense, difundido pela Igreja, desde o século XVI ao XVIII. No século XX, mesmo com a cria-

ção da Universidade da Ásia Oriental, em 1981, não há registro de cursos de tradução em Macau. A segunda fase se caracteriza pela preocupação do governo com a necessidade de tradutores devido à realidade macauense, motivo pelo qual se responsabiliza pela formação de tradutores-intérpretes de chinês-português, que posteriormente ingressam na Administração Pública. A partir de 1985, a formação de tradutores ocorria na prática e os alunos eram supervisionados por tradutores experientes, a princípio com duração de quatro anos e posteriormente com dois anos e meio após a reforma curricular de 1986/1987, sem ter sido criada uma escola de tradutores de nível superior. A terceira fase começa após a criação do ensino superior público em Macau em 1991, sendo criado em 1993 um curso de Licenciatura em Tradução e Interpretação com duração de quatro anos e extinto em 1997. Após discutir estas três fases, Escaleira passa a relatar de forma breve a criação e o desenvolvimento dos cursos de Tradução em Macau, tanto bacharelado quanto licenciatura, que se diferencia do bacharelado ao ofertar disciplinas de Educação Holística, para que o conhecimento geral dos alunos seja ampliado.

No quarto capítulo, “Mercado de Trabalho da Tradução”, a autora afirma que o tanto organizações públicas quanto privadas são empregadores comuns aos tradutores, sendo a Administração Pública o maior empregador. Escaleira frisa que os tradutores macauenses não são especializados, pois traduzem de todas as áreas possíveis devido à falta de profissionais da área. Além disso, a pesquisadora destaca a inexistência de uma Associação de Tradutores em Macau.

Nesta primeira parte do livro, composto de quatro capítulos, Escaleira apresentou um panorama rico de detalhes importantes ainda pouco discutidos e pesquisados nos Estudos da Tradução com uma visão acerca da formação de tradutores em Macau e sua história, além da importância das teorias curriculares e do currículo para aprimoramento dos profissionais. Já na segunda parte da obra, intitulada “Ensino e prática da tradução português-chinês no contexto de Macau:

Estudo Empírico”, Escaleira apresenta sua metodologia de pesquisa, as razões que motivaram a escolha por entrevistas e questionários para o levantamento de dados, bem como a análise dos mesmos.

No capítulo “Metodologia da Investigação”, a pesquisadora lista ter realizado: revisão de literatura, elaboração e aplicação de inquéritos por questionários e por entrevista, bem como a análise de seus dados, análise dos currícula dos cursos de formação de tradutores-intérpretes em Macau, e apresentação dos resultados. Para tal, a autora focou inicialmente em três áreas: metodologia da investigação em ciências sociais, questões curriculares e estudos superior (p. 211); tendo a pesquisa abrangido três campos: estudos curriculares, ensino de tradução e mercado de trabalho. Escaleira informa que foram entrevistadas 12 pessoas relacionadas ao processo de ensino, à prática ou ao uso dos serviços de tradução (p. 213). Já o inquérito por questionário buscou verificar a adequação dos currícula propostos aos cursos de Tradução em Macau. É nesta parte do livro que Escaleira apresenta dados importantes que caracterizam a formação de tradutores em Macau e as diversas influências recebidas ao se propor desenhos curriculares de cursos de Tradução no país, o que é de grande importância para uma história da formação de tradutores.

No capítulo dois, da segunda parte, “Inquérito por Questionário (A)”, Escaleira destaca o valor deste tipo de instrumento para o levantamento de dados, sendo importante no auxílio à elaboração do desenho curricular. É por meio das respostas ao questionário que a pesquisadora confirma que a maior parte dos tradutores é do sexo feminino, sua instituição de origem, o grau conferido aos tradutores (bacharel ou licenciado) e que boa parte dos tradutores em formação já são licenciados em Direito ou em Administração Pública. Escaleira afirma ainda que “o curso de tradução e interpretação está pensado para alunos de vários sistemas de ensino de Macau: português, chinês, onde se inclui o luso-chinês, e inglês e existem, em simultâneo, turmas e um *currículo próprio* para cada sistema

de ensino” (p. 232), contudo, após ser ofertado no ensino superior, o estágio passou a não ser obrigatório. Além disso, a pesquisadora pôde constatar que pouco mais da metade dos tradutores inquiridos afirmam ter um conhecimento bom ou muito bom em relação à língua portuguesa, enquanto que a grande maioria afirma ter um conhecimento bom ou muito bom em relação ao mandarim escrito (chinês simplificado), mas não tão bom para o mandarim oral. Já com relação à escolha do curso, a maioria dos inqueridos destacam a facilidade de emprego como intérprete-tradutor e também devido à remuneração e carreira profissional, principalmente na Administração Pública. Já no capítulo “Inquérito por questionário (B)”, a pesquisadora objetivou identificar as necessidades de tradução para a área de Direito, que pôde identificar a grande oferta de serviço nessa área para poucos tradutores qualificados para a área.

No quesito de uma abordagem satisfatória para ambos o mercado e os próprios tradutores, Escaleira termina essa segunda parte com um inquérito por questionário e entrevista. Quem melhor sabe dos desafios do ofício do que os profissionais, sejam eles alunos, professores, tradutores? Interessante é o caráter inclusivo do estudo. Através dessa pesquisa foi possível perceber que tanto estudiosos como clientes, são fundamentais para se estudar as necessidades atuais do ofício. A transferência da soberania macauense reforçou ainda a necessidade de o aluno dominar tanto as línguas chinesa e portuguesa como também as culturas por elas carregadas. Devido à forte demanda por tradução e interpretação, áreas bem diferentes – em um mercado cada vez mais exigente – torna-se urgente repensar o currículo. Para os entrevistados, é essencial rever os seguintes pontos: 1) seleção de alunos levando em conta sua apetência, 2) definir se se trata de um curso de tradução e interpretação ou de tradução e outro de interpretação, 3) oferecer estágios – por no mínimo um ano – após o curso para consolidar os ensinamentos teóricos dos alunos, 4) aprofundar a cooperação com Portugal, imprescindível para a formação de futuros tradutores e intérpretes no que se refere ao aperfeiçoamento linguístico, 5) reflexão sobre

a questão da especialização, isto é, generalista ou especializado, tradutor ou intérprete? 6) qualidade do curso, 7) trazer novos currícula e 8) criar o mestrado.

A conciliação dos cursos com os *backgrounds* dos alunos é assunto nas instituições que ofertam cursos de Tradução (ESLT, APM, UM e IPM). Sendo que o IPM optou pela padronização do português ensinado e pela redução das cadeiras de Direito. No que diz respeito à prática, a integração da vida profissional do aluno pelo viés de trabalhos de tradução reais, estágios profissionais integrados, estágio por iniciativa do aluno, torna-se necessária. Desses inquéritos através de questionários e entrevistas, Escaleira pôde perceber o privilégio do qual a área goza, mas também o grande trabalho que ainda há por fazer tanto a nível da qualidade das traduções – da complexidade do mercado, da necessidade de reestruturação ou correlação dos conteúdos com a prática – quanto da urgência do planejamento a nível das instituições de ensino superior. Tendo como projeto não só conquistar o mercado macauense, mas também a República Popular da China (RPC) e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), Escaleira sugere e defende a diversidade cultural com mais variantes linguísticas do português. O desejo de abrir-se para o mundo (no caso a RPC) – se isto contribui para estimular a criatividade dos alunos para torná-los mais competitivos – também não deixa de ser uma ameaça ao futuro. No entanto, há uma dupla relação “os alunos escolhem o mercado e o mercado também escolhe os alunos” (p. 297).

Se a carreira de intérprete-tradutor é atrativa e respeitada, Escaleira pôde perceber o papel e a importância da interdisciplinaridade. Com forte inclinação para áreas como o Direito e a Administração, o mercado macauense não deixa de exigir outras competências relacionadas às TICs, à linguística, à literatura, entre outras. O grande paradoxo reside no fato de que há tradutores formados (boa parte afetada pela falta de confiança em si) que não atuam devido à seletividade do mercado, e um mercado que corre o risco de

futuramente sofrer uma falta de profissionais. Por isso, a pesquisadora tem refletido primeiro sobre a formação e a seleção do corpo docente, segundo acerca dos requisitos dos alunos, e finalmente questiona [a sustentabilidade do] o português – língua oficial até 2049 – como língua do ensino da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). Para ela, o Instituto Politécnico de Macau (IPM), criado para a formação profissionalizante, que acabou desenvolvendo um ensino curricular, falhou. Com base nas várias teorias sobre currículo, tradução, mercado e, principalmente, a partir dos resultados dos inquéritos, deduz que as instituições de formação criarão mais parcerias com os potenciais empregadores e a tentar responder às perguntas colocadas por Fernando Alves (2003): (1) “O que é traduzir, hoje, num contexto profissional?” e (2) “Quais as competências e os requisitos essenciais para o tradutor dos nossos dias?”.

Todo e qualquer desenho curricular, segundo Escaleira, há de implicar os próprios profissionais, de modo a torna-los atentos e receptivos a este mundo cada vez mais diversificado e em constante mudança. Por isso, a autora refere-se às quatro dinâmicas subjacentes de Alves (2006), que lhe parecem transversais à prática profissional, (1) dinâmica da globalização, (2) dinâmica da tradução, (3) dinâmica do ensino e da formação e (4) dinâmica empresarial. O avanço das TICs tem mudado a forma de estar no mundo e aproximado as áreas tornando-as interligadas, interdependentes (influenciam e são influenciadas).

Na terceira e última parte da obra “Propostas de desenvolvimento curricular”, Escaleira apresenta algumas propostas para o ensino superior da tradução chinês-português em Macau. Propostas estas que vêm em resposta às preocupações dos entrevistados. O desejo de abertura da oferta para outras áreas como as Humanidades e outros públicos, só foi se fortalecendo em Escaleira, principalmente, com a liberalização do setor do jogo em Macau. É seu desejo que Macau ofereça um ensino superior de elevada qualidade.

É preciso, segundo ela, fazer sensibilizações para aumentar, em alunos e docentes, o espírito de curiosidade e elevar o nível de participação. Pensar em acrescentar cursos livres nem ações de formação complementar, como deontologia, ética, etc. – um ensino com um forte componente de prática que prepare os alunos para a inserção no mercado de trabalho.

Nota-se, apesar do reconhecimento do trabalho já feito, uma insistência sobre os problemas, entre eles os requisitos de entrada e a necessidade de recrutar alunos que tenham domínio de ambas as línguas de trabalho porque não é possível ensinar línguas e tradução simultaneamente em quatro anos. Outro problema é o recrutamento de professores que não conhecem a realidade de Macau, a falta de prática (estágio) e, também, a falha de formação nas TICs na ótica do tradutor.

Por isso, para Escaleira, a experiência deve ocupar um lugar central no currículo, que deve ser reorientado para o mercado afim de tornar os alunos empregáveis. A autora cita Rosemary Arrojo (1993) dizendo que a “única abordagem realista ao ensino de tradução, envolve o desenvolvimento, nos aprendentes, de um aparato crítico que lhes permita descobrir que tipo de estratégia deve ser empregada em cada projecto tradutório” (p. 314), e os professores devem ser os facilitadores.

A flexibilidade do currículo, a clara separação entre cursos, os acompanhamentos contínuos e as participações permanentes e ativas da comunidade de tradutores são aqui resumidas, bem como as propostas de Escaleira diante dos desafios apresentados pelo sistema de ensino e o mercado da tradução em Macau. A partir desse trabalho, percebemos o lugar dos tradutores-intérpretes e o papel fundamental que desempenham tanto nas relações intra e intergovernamentais. Torna-se urgente, não somente em Macau, mas em toda sociedade ciente da contribuição do ofício da tradução, de voltar cada vez mais suas políticas para o planejamento desse setor,

desde a oferta de cursos que visem a formação de tradutores até às questões relativas a representação desses profissionais por meio de associações.

Recebido em: 04/01/2016

Aceito em: 05/03/2016

Publicado em setembro de 2016